

AS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS ENTRE OS SISTEMAS APOSTILADOS E O PODER PÚBLICO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS: IMPLICAÇÕES NO TRABALHO PEDAGÓGICO DO PROFESSOR

Nayhara Mirelli Moraes da Silva
Marilda de Oliveira Costa

INTRODUÇÃO

A finalidade do presente texto foi analisar as implicações das parcerias público-privadas entre os sistemas apostilados de ensino privado (SAEP) e o poder público municipal de São José dos Quatro Marcos no Estado de Mato Grosso, para o trabalho pedagógico na Educação Infantil, no período de 2007 a 2017. A pesquisa centrou-se num estudo de caso de abordagem qualitativa, cujos mecanismos para a coleta de dados constituíram-se de análise bibliográfica e documental, e, entrevistas semiestruturadas. O campo investigatório ocorreu no município de São José dos Quatro Marcos-MT na rede municipal de ensino. A referida pesquisa considerou as grandes transformações que ocorreram mundialmente em um contexto de crise capitalista e suas influências para a educação e as implicações da Reforma do Estado pós 1990, resultando na implementação de políticas públicas educacionais, antes executadas pelo poder público, e, gradativamente transferidas ao setor privado, mas financiadas pelo Estado, caracterizando assim novas formas de privatização da educação.

DESENVOLVIMENTO

No município de São José dos Quatro Marcos a parceria público-privada iniciou em 2007 com a aquisição do SAEP da Editora Positivo para a educação infantil (creche - 3 anos e pré-escola - 4 e 5 anos). Em 2009 muda-se a gestão, mas não a intenção de continuar à parceria, no entanto escolheram a Editora FTD que ofereceu um preço bem inferior ao das grandes marcas. Essa parceria permaneceu durante a gestão 2009-2012, em 2013 mudou gestão e também prefeito e secretário de educação e com isso a nova secretária de educação decidiu, juntamente com o prefeito, interromper essa parceria, na qual a educação infantil permaneceu sem o

SAEP durante gestão 2013-2016. Já em 2017, quem era o secretário de educação na gestão de 2009-2012, tornou-se prefeito do município e um dos primeiros atos dele foi retomar com o SAEP na educação infantil.

Esse delineamento da parceria público-privada na educação infantil no município de São José dos Quatro Marcos só foi possível, a partir das entrevistas realizadas com os seguintes sujeitos inseridos neste processo: Prefeito (1), Secretário (a) de Educação (3), Diretores (2) e Professores (4).

Diante das entrevistas podemos refletir sobre alguns pontos:

O SAEP antecipa os conteúdos do Ensino Fundamental ignorando as orientações da DCNEI (2010)

Na transição para o Ensino Fundamental a proposta pedagógica deve prever formas para garantir a continuidade no processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, respeitando as especificidades etárias, sem antecipação de conteúdos que serão trabalhados no Ensino Fundamental (DCNEI, 2010, p. 30).

As atividades presentes nas apostilas estão distantes de:

[...] um currículo sustentado nas relações, nas interações e em práticas educativas intencionalmente voltadas para as experiências concretas da vida cotidiana, para a aprendizagem da cultura, pelo convívio no espaço da vida coletiva e para a produção de narrativas, individuais e coletivas, através de diferentes linguagens. (Brasil. MEC, 2009).

A formação oferecida pelo SAEP não é aquela formação voltada para o professor e no enriquecimento do seu trabalho pedagógico respaldado em teorias, mas sim há um treinamento para o uso do material, ou seja, o foco é nas apostilas oferecendo assim um empobrecimento da função docente.

Nesse sentido, a adesão de um SAEP não deve ser confundida como elemento de “facilitação” da vida do professor, devido ao rigor existente na prática pedagógica. Pois o ato educativo é entendido por Freire (1996) “[...] como pratica estritamente humana, jamais pode entender a educação como uma experiência fria, sem alma [...] nem tão pouco, jamais compreendi a prática educativa como uma experiência que faltasse o rigor em que se gera a necessária disciplina intelectual” (FREIRE, 1996, p. 45).

Outro aspecto evidenciado é a realidade das escolas que não condiz com o das apostilas, pois há uma padronização dos conteúdos, no qual interfere no

trabalho pedagógico do professor, tendo este que adequá-lo para sua realidade. Isso está evidente na fala de uma das professoras “Mas o ponto crucial é a realidade da gente, ela não atinge, eu lembro de uma imagem de uma criança brincando na praia, e pedi pra criança observar a cena, isso porque na época eu trabalhava na zona rural, então acaba você se adequando [...] (Professora).

E por ultimo há uma discrepância nas concepções de infância e de educação infantil entre as orientações do MEC e os conteúdos do SAEP. Um dos eixos orientadores para a construção do currículo na educação infantil abordado no DCNEI (2010) são as interações e brincadeiras e isto não é trabalhado nas apostilas. Oliveira (2010) explica que o brincar dá à criança oportunidade para imitar o conhecido e construir o novo, assumi papéis diferentes e na interação como outro aprende a coordenar seu comportamento, assim desenvolvendo habilidades variadas e sua própria identidade.

Nesse caso, conforme Peroni; Caetano (2015) houve a privatização do “conteúdo da proposta” o privado assume a direção das políticas educativas e define a “produção e apropriação do conhecimento” (PERONI, CAETANO, 2015, p. 340). As estratégias de privatização do público e das parcerias com o terceiro setor mercantil como fundações, institutos ligados a empresas do mercado é parte constitutiva de redefinição do papel do Estado.

Caetano e Costa (2018) afirmam que essas iniciativas alteram a lógica de gestão do público apresentando o mercado como parâmetro de qualidade, na qual viabilizam a reprodução do capital pela educação como mercadoria, ou seja, “a ampliação dos mecanismos de mercado no interior do público para que o Estado possa dividir e/ou repassar as responsabilidades e ações para o setor privado” (CAETANO; COSTA, 2018, p. 256).

CONCLUSÕES

Considerado os dados da pesquisa, constatamos alguns aspectos sobre o SAEP na Educação Infantil, indicando que:

- ✓ A proposta empresarial de educação reafirma a sua condição de mercadoria;
- ✓ O SAEP antecipa os conteúdos do Ensino Fundamental ignorando as orientações do DCNEI;

- ✓ A formação oferecida pelo SAEP é um treinamento para o uso do material, ou seja, o foco é nas apostilas oferecendo assim um empobrecimento da função docente;
- ✓ Há uma discrepância nas concepções de infância e de Educação Infantil entre as orientações do MEC e os conteúdos do SAEP.

Freitas (2018) afirma que, a educação elevou-se a uma posição como o componente das fórmulas de aumento da produtividade e de competitividade das empresas no cenário internacional atual, à medida que a mão de obra barata foi se fazendo escassa no Brasil. É essa contradição entre ter que qualificar um pouco mais e, ao mesmo tempo, manter o controle ideológico da escola, que move os reformadores empresariais a disputarem a agenda da educação, visando abrir o campo educacional para “empresas educacionais confiáveis” do mercado de consultorias, materiais didáticos, avaliação, venda de tecnologia entre outras, que operam na difusão de métodos tecnicistas e introduzem nas escolas processos de gestão verticalizada. Isso exige que se desmoralize o professor, que se mobilize as forças conservadoras e de senso comum da sociedade em apoio às suas teses com auxílio da mídia, e que se privatize a operação das escolas.

Nesse sentido, as apostilas ferem os dois mais importantes eixos orientadores que deveriam, segundo as normativas para essa etapa educacional, sustentar o currículo na Educação Infantil: o brincar e as interações.

REFERÊNCIAS

BRASIL, CNE. **Resolução n. 5, de 17 de dezembro de 2009**. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasil: MEC, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil (DCNEI)**. Brasília : MEC, SEB, 2010.

CAETANO, Maria Caetano; COSTA, Marilda de Oliveira. Gerencialismo, Internacionalização da educação e o papel da Teach For All no Brasil. **Revista Educação Em Questão**, v. 56, n. 48, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática docente**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, Luiz C. **A Reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

PERONI V. M; CAETANO, M. R. **O público e o privado na educação Projetos em disputa?** Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 9, n. 17, p. 337-352, jul./dez. 2015.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos. O currículo na educação infantil: o que propõem as novas diretrizes nacionais? In: I SEMINÁRIO NACIONAL: CURRÍCULO EM MOVIMENTO – Perspectivas Atuais. **Anais...** Belo Horizonte, 2010.